

Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: interfaces entre cultura material e as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888).

MÁRCIA CRISTINA PACITO FONSECA ALMEIDA*

Essa comunicação tem como objetivo apresentar algumas considerações iniciais acerca das descrições sobre cultura material das sociedades centro-ocidentais africanas contidas nos relatos produzidos por Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda entre 1884 e 1888. Pela ótica da história social e dentro de uma perspectiva mais ampla de reconhecimento das agências históricas africanas, pretendemos investigar como os fenômenos de incorporação e ressignificação de determinados objetos como bens de prestígio e insígnias de poder podem ser lidos como expressões de identidades, códigos sociais e hierarquias políticas no âmbito dessas sociedades e de suas relações com os europeus.

O percurso realizado pelo militar português Henrique de Carvalho rumo ao interior do continente africano entre os anos de 1884 e 1888 se insere em um quadro histórico mais amplo do movimento de expedições na África que conjugavam interesses econômicos, militares e científicos encabeçadas por diversas nações europeias ao longo da segunda metade do século XIX. Embora o território africano fosse alvo do interesse de viajantes e mercadores europeus desde pelo menos o século XV, como nos apontam uma série de fontes documentais e estudos, foi durante o século XIX que se intensificaram as iniciativas de reconhecimento e penetração efetiva no interior do continente (SANTOS, 1998: 488).

Neste período, as transformações das estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais ocorridas no cenário internacional impulsionaram a “corrida” das potências europeias à África: a consolidação do sistema capitalista mundial e a demanda por matérias-primas capazes de sustentar o acelerado desenvolvimento industrial atraíram os olhares de países como França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha a determinadas regiões do continente africano e acentuaram a disputa entre as nações (HOBSBAWM, 1988). A exigência de abertura dos

* Mestranda em História Social (FFLCH/USP). Bolsista Capes.

mercados e o direito à livre concorrência no continente africano figuravam no centro desses interesses. A realização da Conferência Geográfica de Bruxelas, promovida pelo rei Leopoldo II em 1876, de certa forma sinalizava o desejo de controle sobre o continente. O acirramento das disputas entre os países europeus culminou anos mais tarde na Conferência de Berlim (1884-1885), reunião na qual, entre outras resoluções, se ratificava os princípios do livre comércio e da livre navegação nas bacias do Níger e do Congo.

Acompanhando este movimento, as expedições organizadas por países europeus rumo ao interior da África pautavam-se na articulação de diversos interesses. No plano das ambições científicas, datam das primeiras décadas do século XIX a criação das chamadas Sociedades Geográficas em várias capitais europeias (SILVA, 2011: 73). Em linhas gerais, as ações dessas instituições voltavam-se para o fornecimento de apoio e patrocínio a pesquisas e estudos geográficos em regiões consideradas, até então, “inexploradas” (HEINTZE, 2004: 21-35). A fim de legitimarem sua conquista do território, tais organizações se apropriavam de um discurso cientificista, fortalecido por teorias racializantes que tinham como pressuposto a necessidade de eliminar a “barbárie” e “civilizar” o continente. (COQUERY-VIDROVITCH, 2004: 748-787).

Ao direcionarmos nossos olhares para as motivações apresentadas por Portugal nesse processo, torna-se indispensável frisar que a independência do Brasil, proclamada em 1822 contribuiu de maneira incisiva para reavivar os interesses portugueses nas potencialidades econômicas na África. A extinção do tráfico transatlântico em Angola, decretada em 1836 por Sá da Bandeira, sinalizou a tentativa de Portugal de estancar a exportação de escravizados a partir dos territórios portugueses e conseguir uma maior penetração econômica na África, a fim de fomentar a produção local e colonial. De acordo com a interpretação de Valentim Alexandre:

Entre as elites políticas portuguesas era então corrente a crença na riqueza das possessões de África, na extrema fertilidade dos solos tropicais e na profusão das suas minas de metais preciosos, ainda por explorar. Dominante logo nos primeiros anos do liberalismo, após 1834, o tema aparece-nos então em dezenas de artigos nos periódicos de todas as facções políticas, servindo de base à defesa do projecto colonial como via privilegiada para a regeneração nacional, compensando a perda do Brasil (ALEXANDRE, 2004: 964).

Diante das reconfigurações nas relações estabelecidas entre o império português e suas possessões africanas a busca, cada vez maior, por produtos do chamado comércio lícito, como a cera de abelha, a goma, o marfim, a borracha e, a princípio, e em menor medida, gêneros agrícolas como o café, o algodão e a cana de açúcar, evidenciavam a necessidade de Portugal assegurar sua participação no comércio internacional. Nesse ponto, ressaltamos que nas últimas décadas a ideia de transição entre as atividades do tráfico e da produção dos itens lícitos vem sendo discutida por uma série de pesquisadores como Isabel Henriques (HENRIQUES, 1997), Jean-Luc Vellut (VELLUT, 1989), Jill Dias (DIAS, 1998), Maria Emília Madeira Santos (SANTOS, 1998) e, mais recentemente, por Cristina Wissenbach (WISSENBACH, 2011). Para além das especificidades que perpassam as análises sobre a questão, tais autores observam não uma ruptura, mas sim, um movimento de interpenetração entre o comércio de escravizados e de gêneros primários no período. Assim, de acordo com a historiografia, apesar do interesse por esses produtos coexistir com o comércio transatlântico de escravos desde o século XVI, foi durante a segunda metade do XIX que seu comércio adquiriu maior vulto. Tal fenômeno impactou profundamente os grupos africanos envolvidos há muitas décadas nas redes de comércio. Inseridos nessa dinâmica, as respostas africanas frente às novas exigências do mercado internacional articularam diferentes práticas, técnicas e saberes (DIAS, 2003: 17-47). Especialmente na região da África Centro-Ocidental, o nível de especialização manifestado por grupos como os chokwes, imbangalas e lundas em atividades mercantis relacionadas à caça, extração, transporte e comercialização de matérias-primas revelam o papel indispensável desses atores sociais no processo de interiorização do continente africano em meados do século XIX (HENRIQUES, 1997: 15).

Nesse sentido, a despeito das particularidades interpretativas sobre as causas e os desdobramentos decorrentes da reestruturação dos contatos mantidos entre portugueses e africanos, reconhecemos a conjuntura histórica aqui mencionada como um ponto de inflexão. Fruto da complexa articulação de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, o cenário histórico que se descortinava perante as interações comerciais travadas entre portugueses e africanos apresenta-se como espaço privilegiado para compreendermos quais foram os canais de resistência, mediações e agências africanas. Desse modo, se o crescente interesse por produtos ditos legítimos no mercado internacional impulsionava a especialização das

sociedades africanas, em contrapartida, apontava também a necessidade dos comerciantes europeus em identificarem os artigos desejados por esses grupos capazes de garantir a manutenção dessa rede comercial (ALPERN, 1995:5-43; THORTON, 2004:88).

Partindo dessa consideração, almejamos entender o protagonismo dos grupos sociais partícipes desse processo, por meio dos relatos feitos por Henrique de Carvalho sobre as opções e preferências africanas por certas mercadorias europeias e a apropriação de artigos e objetos enquanto sinal de riqueza, poder político e distinção social. A hipótese que defendemos é a de que, num contexto transformado ou em vias de transformação, parte de suas dinâmicas podem ser aferidas também a partir de um estudo concentrado em sua cultura material.

Promovida pelo governo português e apoiada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, a expedição portuguesa rumo à Mussumba (centro do império Lunda) do Muatiãnvua (líder supremo), realizada entre 1884 e 1888 deve ser interpretada à luz do contexto de intensas transformações no cenário político e econômico mundial no qual o continente africano ocupava um lugar de projeção. Liderada pelo major Henrique Augusto Dias de Carvalho, a expedição contava com o farmacêutico Augusto Sisenando Marques (subchefe), o capitão Manuel Sertório de Almeida Aguiar e o empregado Augusto César e conjugou conhecimentos, técnicas e práticas advindas da participação dos trabalhadores, carregadores e intérpretes centro-africanos cujas experiências foram indispensáveis para viabilizar a penetração do grupo no interior do continente (SANTOS, 2010). No período em que se tornou responsável por chefiar a expedição à Lunda, Henrique de Carvalho atuava no Serviço de Obras Públicas de Luanda como major e engenheiro auxiliar, setor em que permaneceu entre 1877 e 1882. Até aquele momento, Carvalho havia acumulado uma ampla experiência em distintas possessões portuguesas, já que entre os anos de 1867 e 1877 havia circulado por Macau, São Tomé e Moçambique (HENRIQUES, 1997: 139-140).

Sobre o papel das expedições entre as décadas de 1870 e 1880 frisamos que a referida viagem à Lunda se insere em quadro mais amplo de esforços empreendidos por Portugal na pretensão de traçar um reconhecimento científico de seu território no ultramar. A criação da Sociedade Geográfica de Lisboa (1875) e da Comissão de Cartografia (1883) situa-se no bojo dessas preocupações. Enfatizamos que até a primeira metade do século XX, a presença portuguesa na região de Angola não possuía limites precisos no interior do território,

restringindo-se a uma faixa costeira inferior a 150 km de largura (MARQUES, 1998: 140-141).

Nesse ponto cabe mencionar que, até então, as poucas referências sobre as regiões mais longínquas do litoral eram provenientes de narrativas legadas por figuras envolvidas com o comércio. Ainda que não tivessem a pretensão de esquadrihar cientificamente o território, os relatos de viagem produzidos por comerciantes que percorreram anteriormente regiões da África Central como Manuel Correia Leitão (entre 1755 e 1756) (DIAS, 1938: 3-30) e Joaquim Rodrigues Graça (entre 1843 e 1848) (GRAÇA, 1890: 399-402) revelaram-se como fontes indispensáveis de informações, servindo como uma espécie de “manual de orientação” para a expedição de Carvalho à região da Lunda que, por muito tempo, permaneceu pouco acessível aos europeus devido ao bloqueio comercial exercido pelos imbangalas e pelo reino de Kasanje (HENRIQUES, 1997:17).

Organizada em oito volumes além de um álbum fotográfico, as narrativas da expedição encontram-se divididas em diferentes publicações¹, dentre as quais privilegiamos *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (1890-1894), *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda* (1890) e *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda)* (1896). A escolha de tal recorte documental se justifica pela possibilidade de verificar e confrontar as nuances nas observações presentes nas três obras, particularmente no que se refere às percepções do viajante sobre as exigências comerciais impostas por essas populações, a lista de produtos e artigos mais solicitados, a descrição sobre o modo de fabricação e espaços de circulação dos itens, assim como os fenômenos de incorporação ou rejeição de materiais por parte dessas sociedades.

Os escritos de Henrique de Carvalho concentram-se em variados temas como as manifestações culturais das populações contatadas, o clima, a geografia, a botânica da região, as dificuldades enfrentadas na viagem e as respostas africanas recebidas durante esta incursão pelo interior do território. Atendendo, além disso, à demanda científica da expedição,

¹ As referidas publicações são as seguintes: *A Lunda ou os estados do Muatiânvua. Domínios da soberania de Portugal* (1890); *Método prático para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos* (1890); *Meteorologia, Climatologia e Colonização: estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola* (1892). As referências completas se encontram na seção “Fontes” da presente apresentação.

exemplares de espécies vegetais foram coletados e enviados para diferentes instituições em Portugal, como a Escola Politécnica de Lisboa, o Museu Colonial de Lisboa, o Museu Ultramarino, o Museu de Coimbra e a Sociedade de Geografia Comercial do Porto (AIRES-BARROS, 2012: 221-233).

Não seria exagero afirmar que o interesse pela cultura material das sociedades ocupou um lugar de grande destaque aos olhos do militar português nessa empreitada científica. Isso porque, além das descrições elaboradas por Henrique de Carvalho sobre o vestuário, adornos corporais e insígnias de poder, o viajante se empenhou na recolha de determinados objetos para a composição de uma coleção etnográfica, atualmente sob os cuidados da Sociedade Geográfica de Lisboa. Recentemente, as peças da coleção passaram por procedimentos de conservação e restauro e foram tema da dissertação intitulada *A Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*, elaborada por Lia Santos Jorge (JORGE, 2008). De uma maneira geral, embora a pesquisadora discorra sobre a necessidade de pensar os objetos inseridos em um circuito cultural mais amplo, como o próprio título de seu trabalho explicita, suas considerações têm como eixo norteador o levantamento e as descrições das peças no contexto da coleção. Distinguindo-se desta abordagem, o objetivo maior de nossa proposta é o de historicizar os objetos elencados nos relatos e nas coleções organizadas a partir das múltiplas facetas que os mesmos adquiriram ao longo de diferentes situações e momentos narrados por Henrique de Carvalho.

Dessa maneira, o pressuposto da investigação é de que a leitura das fontes documentais citadas pode nos fornecer preciosas informações sobre aspectos da cultura material das sociedades africanas centro-ocidentais. Por meio delas, é possível notar como a tentativa de compreensão das estruturas desses povos, por parte do viajante europeu, passou também pelo reconhecimento de suas expressões materiais. Nessa direção, a análise das descrições sobre a cultura material dos grupos centro-ocidentais africanos descritos por Carvalho, particularmente os lundas, chokwes e imbangalas, nos possibilita compreender questões relacionadas à configuração das dinâmicas sociais, comerciais e identitárias estabelecidas entre esses povos, seus arranjos e hierarquias políticas, assim como a circulação de pessoas, mercadorias, saberes e os mecanismos de incorporação/rejeição e ressignificação de determinados objetos em seu universo social.

No que diz respeito à produção historiográfica sobre os processos de interiorização na região centro-ocidental africana durante o século XIX, faz-se indispensável elencarmos alguns estudos considerados referenciais sobre as relações comerciais desenvolvidas nesse espaço e as políticas imperialistas que começavam a se delinear no período. Publicada em 1998, a obra da historiadora portuguesa Maria Emília Madeira Santos *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola - século XIX)* (SANTOS, 1998) reúne um conjunto de artigos elaborados entre as décadas de 1970 e 1990 pela autora. Buscando explorar as conexões estabelecidas entre o litoral e o interior da região de Angola na construção do chamado comércio de longa distância, a pesquisadora coloca em evidência a importância da atuação de pombeiros e sertanejos africanos e mestiços como agentes e intermediários comerciais.

Por meio da mobilização de diversos relatos de comerciantes e viajantes que percorreram determinados espaços da África Central, como a região do Bié, os impérios do Lui, da Lunda e do Barotze, a obra nos possibilita acompanhar as diferentes fases das atividades mercantis realizadas no interior africano entre as décadas de 1840 e 1890, a circulação das caravanas e a constante necessidade de negociação entre os comerciantes e as autoridades locais. Ao investigar o fluxo dos “caminhos africanos” (SANTOS, 1998:31) e interpretar a construção de redes mercantis frente os avanços e retrocessos da presença portuguesa no território, Santos chama atenção para o dinamismo das sociedades africanas que interagem nesse processo.

Tendo como ponto de partida a análise do complexo político e econômico Lunda para compreender as articulações entre as “opções africanas” e “pressões europeias” na conformação do espaço angolano nas últimas décadas do século XIX, *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX* (HENRIQUES, 1997) de Isabel Castro Henriques, inscreve-se na senda de trabalhos que se afinam à perspectiva de jogar luz nos mecanismos de participação das sociedades centro-ocidentais africanas no referido contexto. Além de realizar um amplo levantamento de fontes e elaborar um glossário contendo o significado de palavras, termos e expressões referentes ao tema, a autora apresenta um minucioso balanço acerca do lugar da história africana na historiografia portuguesa a fim de apontar quais foram os mecanismos empregados pelo discurso colonial lusitano responsáveis pelo silenciamento dessas experiências. Fruto da tese de doutorado realizado pela autora em 1993, o trabalho publicado em 1997, revela-se como

leitura referencial não só para o entendimento das transformações nas relações afro-portuguesas na região, como também para a compreensão menos superficial das estruturas e interações africanas estabelecidas entre os povos lundas, imbangalas e chokwes, a circulação de produtos como o sal, cera, mel e marfim, bem como as estratégias comerciais e formação políticas dos referidos grupos.

Na linha dos estudos dedicados ao entendimento das reconfigurações travadas entre Portugal e a região de Angola durante a segunda metade do século XIX, as considerações da antropóloga e historiadora Jill Dias também se demonstram indispensáveis. Coordenadora, juntamente com Valentim Alexandre, da obra referencial *O Império Africano (1825-1890)*, Dias é autora de uma série de artigos voltados para a compreensão da organização de grupos de comerciantes centro-ocidentais africanos especializados e a emergência de novos arranjos identitários nesse processo. Ao sublinhar o papel de grupos como os vilis, zombos e ambaquistas, a autora em “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico” (DIAS, 2007: 315-343) nos permite entrever como o contato, desde o século XV, entre europeus e africanos, e o dinâmico envolvimento dos últimos nos fluxos comerciais direcionados ao Atlântico, produziram uma espécie de mosaico cultural, pautado por constantes reformulações no plano político, étnico, cultural e religioso.

Outra contribuição extremamente significativa para os estudos das relações comerciais entre africanos e europeus na região da África Central são as reflexões desenvolvidas pela pesquisadora angolista, de origem alemã, Beatrix Heintze. Ao longo de sua densa produção intelectual, é possível notar que a autora elege o cotidiano das caravanas, a circulação de mercadorias e as expedições científicas comerciais no interior do continente como questões fulcrais em sua abordagem. Em *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)* (HEINTZE, 2004) Heintze dá prosseguimento a tal linha investigativa, deslocando suas atenções para a atuação dos comerciantes, chefes de comitivas e intérpretes centro-africanos que, até então, não haviam sido devidamente abordados. Partindo desta perspectiva, Beatrix Heintze ampara-se na análise das descrições produzidas por Henrique de Carvalho, na utilização de mapas cartográficos e fotografias na tentativa de recuperar fragmentos biográficos destes personagens.

Predominantemente europeia, a produção historiográfica sobre o tema no Brasil é relativamente recente. Especificamente no caso de pesquisas que se debruçaram sobre parte

do conjunto documental legado pela expedição de Henrique de Carvalho, é interessante mencionar que boa parte dos trabalhos, realizados no âmbito da teoria literária e estudos comparados, dedicou-se a analisar as representações da Lunda nesses escritos (MARCON, 2010: 9-33; SILVA, 2007; TEIXERA, 1999). No campo da História, os relatos de viagem produzidos por Henrique de Carvalho encontravam-se ainda pouco explorados. Sanando isso, destaca-se a dissertação de mestrado desenvolvida por Elaine dos Santos *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)* (SANTOS, 2010). Tendo como principal objetivo a compreensão do papel dos trabalhadores centro-africanos envolvidos na expedição de Henrique de Carvalho, a pesquisa se alicerça em uma problemática histórica mais ampla, relacionada aos processos de resistência e organização desses indivíduos, bem como suas concepções de direitos frente às novas formas de exploração do trabalho no período pós-abolição do tráfico (1836) e do recrutamento forçado de carregadores (1839) em Angola.

No plano das discussões teórico-metodológicas, elencamos as potencialidades das narrativas de viagem como fontes históricas e os diálogos com o campo de estudos sobre cultura material, sob o ponto de vista das relações sociais, como questões centrais nas quais se alicerçam este trabalho. Ao selecionarmos os relatos de viagem produzidos por Henrique de Carvalho como objeto de nossa análise, partimos do pressuposto de que se faz indispensável atentarmos para as especificidades contidas em escritos dessa natureza (GEBARA, 2010; SAID, 1990; PRATT, 1999).

De maneira mais específica, sobre a utilização de fontes europeias para os estudos das sociedades centro-africanas destacamos, mais uma vez, os trabalhos desenvolvidos por Beatrix Heintze (HEINTZE, 1987), Isabel Castro Henriques (HENRIQUES, 1997) e Maria Emília Madeira Santos (SANTOS, 1998). As abordagens empreendidas pelas referidas historiadoras nos oferecem um importante aparato teórico-metodológico frente ao desafio de identificar as agências históricas africanas presentes nas narrativas europeias. Seguindo essa perspectiva, tais reflexões nos possibilita entrever como determinadas descrições, muitas vezes alicerçadas em elementos discursivos que procuravam reduzir e homogeneizar o dinamismo histórico dos grupos sociais analisados, podem ser utilizadas para buscar um entendimento mais profundo sobre o peso da participação de tais personagens históricos no período estudado.

Em uma outra direção, na tentativa de compreender os objetos enquanto fontes documentais capazes de revelar arranjos e dinâmicas das sociedades estudadas torna-se imprescindível selecionar autores que discutam e problematizem a questão da cultura material no campo historiográfico. Segundo a definição dada pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, “a expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado” (MENESES, 1998: 100) É certo que a extensão do conceito nos possibilita construir múltiplas aproximações com as áreas de antropologia, arqueologia e sociologia, por exemplo. No entanto, para além dos diálogos interdisciplinares que adoção deste conceito nos permite, nos importa nesta pesquisa reconhecer a cultura material inserida em uma problemática historiográfica mais ampla:

Quais os potenciais e os limites da cultura material para propor e resolver problemas históricos? Quais as particularidades e forçosas adaptações metodológicas requeridas pela mobilização desse tipo de fonte? Que lugar a cultura material ocupa no espectro de fontes utilizadas e como se dá a sua articulação? Em suma, como fazer da cultura material documento e quais as implicações disso para a historiografia? (REDE, 1996: 265-266).

Adotando distintos enfoques, a breve exposição sobre o repertório historiográfico aqui apresentado nos revela as inúmeras possibilidades investigativas a respeito do protagonismo dessas sociedades na estruturação das dinâmicas comerciais no período abordado. O contato com tais obras nos revela caminhos para ampliarmos os espaços de compreensão sobre as agências africanas. Nesse sentido, consideramos que o exame das preferências e exigências comerciais e a instrumentalização dos objetos enquanto sinal de distinção apresenta-se como um dos atalhos possíveis para o entendimento do dinamismo histórico dessas populações.

Entre as hipóteses iniciais que podem ser aventadas a partir da leitura dos escritos de Henrique de Carvalho ao longo de sua expedição à Lunda, chamamos a atenção para algumas indagações referentes às transformações na noção de riqueza e poder entre as sociedades envolvidas nas redes comerciais durante as últimas décadas do século XIX. Na linha do que sugere Isabel Castro Henriques:

Se, na primeira metade do século XIX, a riqueza é representada pela posse de mulheres e escravos, ela muda no século XX, para se exprimir por meio da concentração dos bens (mercadorias, objetos) e, principalmente, das moedas

européias, angolanas ou belgas. Esta mudança encerra a soma de evoluções históricas angolanas, aceleradas na segunda metade do século XIX. Como? Por que vias? Com que consequências? A que preço? (HENRIQUES, 1997: 20).

O excerto selecionado nos direciona para questões que, sob nosso ponto de vista, merecem ser analisadas mais detidamente: De que maneira tal associação entre riqueza e posse de mercadorias europeias apresenta-se perceptível nas últimas décadas do século XIX no seio das sociedades centro-ocidentais africanas descritas por Henrique de Carvalho? Como a aquisição de produtos europeus específicos (como os bens de prestígio) foi instrumentalizada no processo de distinção sócio-política dessas sociedades? A incorporação de produtos e artigos industrializados impactou de maneira substantiva as formas de produção de determinados artefatos, como as insígnias de poder, por exemplo? Como pensar a cultura material enquanto fonte da pesquisa histórica capaz de revelar o protagonismo dos agentes africanos nas relações comerciais durante as últimas décadas do século XIX?

A partir das questões expostas inferimos algumas hipóteses. A diversidade de situações narradas por Henrique de Carvalho ao longo de seu percurso à Lunda nos fornece um complexo quadro de transformações no âmbito das sociedades africanas. As percepções que permeiam os relatos do militar português sobre a movimentação de grupos de comerciantes especializados, como os chokwes, por exemplo, e a fragmentação do império Lunda, dão provas dessas transformações. As trocas comerciais travadas entre os grupos centro-africanos e portugueses durante as últimas décadas do século XIX apresentam-se como um canal privilegiado para a compreensão das atuações desses agentes históricos. Embora as preferências por determinados artigos advindos do mercado europeu fosse sabido por comerciantes e viajantes desde o início do tráfico transatlântico, no século XVI, as descrições elaboradas pelo viajante português nos oferecem elementos para compreender como tais solicitações, longe de se configurarem como critérios estáticos, também passaram por mutações no fim do XIX. Adotando essa linha investigativa, acreditamos que o processo de incorporação e “africanização” de objetos podem ser lidos como estratégias que revelam as noções de riqueza e prestígio prezados pelas sociedades da África Central.

Por meio de tais descrições, acreditamos ser possível identificar elementos referentes ao circuito de produção, uso e atribuição de distintos significados a determinados artefatos. Ao

observar a utilização de certos artigos Carvalho, muitas vezes, discorre como um mesmo item, como a missanga, pode comportar múltiplas funções e sentidos:

Entre os objectos de adorno, ha uns considerados como distinctivos de auctoridade; outros que se usam constantemente e de necessidade, em virtude de superstições, attribuindo-se-lhes o dom de afastarem maleficios, doenças, accidentes, e que podem classificar-se como amuletos, e outros finalmente que são adornos. D'estes os que são de missangas e contaria simplesmente enfiada, e que facilmente se soltam, podem considerar-se como entre nós um pecúlio, e a que se recorre para satisfação de qualquer necessidade ou appetite inesperado, se lhes faltam outros recursos (CARVALHO, 1890: 344).

Assim, as descrições sobre os materiais e as técnicas empregadas para a confecção de adornos e insígnias de poder dos lundas como o lukano (bracelete), as miluínas (adornos para a cabeça confeccionados com missangas) e o mupongo (espanta-moscas) nos descortina um conjunto de expressões materiais que compõem um sistema de códigos identitários e relações de poder passíveis de serem investigadas. Interpretados como “marcadores simbólicos” (HENRIQUES, 2004: 9-41) tais emblemas e objetos são indispensáveis para a compreensão das dinâmicas sociais dessas populações, já que de acordo com M.L. Rodrigues de Areia, “o poder não existe nem se mantém sem símbolos” (AREIA, 1983: 9).

Por fim, tendo em vista alguns questionamentos brevemente apresentados nesta exposição, procuramos compreender as práticas comerciais e as descrições de produtos, bens de consumo e objetos solicitados pelas sociedades africanas, como parte de uma cadeia de interações mais amplas que nos revela determinadas experiências e mudanças sociais, perceptíveis na incorporação de tais artefatos como expressões identitárias e culturais.

Durante muito tempo, tanto a descrição sobre a cultura material dos povos não europeus, quanto a recolha de objetos para compor coleções etnográficas faziam parte de um programa mais amplo da construção de um saber colonial, pautado na ideia de “conhecer” para “dominar”. Acompanhando tal raciocínio, a rotulação e classificação desses artefatos em museus cumpriam, muitas vezes, seu papel de homogeneizar trajetórias e neutralizar tensões. Diante desse panorama, nos lançamos ao desafio de tentar propor um outro ângulo de visão, buscando trazer à superfície a historicidade dessas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES-BARROS, Luís (coord.). *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade Geográfica de Lisboa*. Lisboa: Sociedade Geográfica de Lisboa, 2012.

ALEXANDRE, Valentim. “O império português (1825-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXXVIII, nº 169, 2004, pp. 959-979.

ALPERN, Stanley B. “What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods”. *History in Africa*, vol. 22, 1995, pp. 5-43.

AREIA, M.L. Rodrigues de (org.). *Angola, os símbolos do poder tradicional*. Coimbra: Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1983.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra”. In: *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DIAS, Jill. “Caçadores, Artesãos, Comerciantes, Guerreiros: Os Cokwe em perspectiva histórica”. In: *A antropologia dos Tshokwe e povos aparentados*. Porto: FLUP, 2003, pp. 17-47.

_____. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs). *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. X: “O Império Africano, 1825-1890”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 319-378.

_____. “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de.; FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 315-343.

GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda, 2010.

HEINTZE, Beatrix e JONES, Adam (orgs.) “European Sources for Sub-Saharan African before 1900. Uses and Abuses”. *Paideuma*. Stuttgart: Frobenius-Institut, nº 33, 1987.

_____. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro. “A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950)”. *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB*. Brasília: UnB, nº. 1-2, vol. 12, 2004, pp. 9-41.

_____. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JORGE, Lia Santos. *A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*. Dissertação (Mestrado em Museologia). Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/ Instituto Universitário de Lisboa (IUL), 2008.

MARCON, Frank. “Retóricas de identidade e diferenças na Lunda: narrativas coloniais e pós-coloniais na África Central”. *Afro-Ásia*, n° 39, 2010, pp. 9-33.

MARQUES, H. A de Oliveira. “Organização geral”. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (orgs.). *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. X: “O Império Africano, 1825-1890”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 11, n° 21, 1998, pp. 89-103.

PRATT, Mary L. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 4, jan./dez. 1996, pp. 265-282.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências e Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, Maria Emília Madeira. “Abolição do tráfico de escravos e reconversão da economia de Angola – um confronto participado por brasileiros”. In: *Studia*. Lisboa, n° 52, 1994, pp. 221-244.

_____. *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola – século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de Ferro. Os ferreiros na África Central no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA, Raquel. *Figurações da lunda: experiência histórica e formas literárias*. Tese de Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (FFLCH-USP), São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, Valéria M.B. *A recuperação da cultura tradicional angolana a partir da releitura do mito, da lenda e da história em Lueji (O nascimento dum Império)*. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada (FFLCH-USP), São Paulo, 1999.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VELLUT, Jean-Luc. “L'économie internationale des côtes de Guinée Inférieure au XIXème siècle”. In: Maria Emília Madeira Santos (org.) *Atas da I Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: IICT, 1989.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”. *Afro-Ásia*, nº 43, 2011, pp. 43-90.

FONTES

CARVALHO, Henrique A. D. *A Lunda ou os estados do Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal*. Lisboa: Adolpho, Modesto & Cia., 1890.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Meteorologia, Climalogia e Colonização. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola*. Lisboa: Typ. do jornal As Colónias Portuguezas, 1892.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Método práctico para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colónias Portuguezas, vol. I: “De Loanda ao Cuango”, 1890; vol. II: “Do Cuango ao Chicapa”, 1892; vol. III: “Do Chicapa ao Luembe”, 1893 e vol. IV: “Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa”, 1894.

_____. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

GRAÇA, Joaquim Rodrigues. “Expedição ao Muatiânvua – diário”. In: *Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa*, 9ª série, nº 8-9, 1890, pp. 399-402.

LEITÃO, Manuel Correia. “Viagem que eu, sargento mor dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1755 até o seguinte de 1756”. In: DIAS, Gastão de Sousa (ed.) “Uma viagem a Cassange nos meados do século XVIII”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 56ª série, nº 1-2, 1938, pp.3-30.

SOCIEDADE GEOGRÁFICA DE LISBOA. *Collecção Henrique de Carvalho (expedição à Lunda). Catalogo original*. Lisboa: Museu Colonial e Ethnographico da Sociedade de Geographia; Imprensa Nacional, 1896.

Resumo

Ao longo da segunda metade do século XIX, a região da África Centro-Occidental foi palco do processo de intensificação de expedições europeias que conjugavam interesses econômicos, militares e científicos rumo ao interior do continente. Por meio das obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (1890-1894) e *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda* (1890), produzidas pelo explorador português Henrique Augusto Dias de Carvalho (1843-1909) durante sua viagem à região da Lunda, nordeste da atual Angola, entre 1884 e 1888, e do catálogo *Collecção Henrique de Carvalho (Expedição à Lunda)*, editado pela Sociedade Geográfica de Lisboa em 1896, buscamos analisar como as exigências e predileções centro-africanas por determinados objetos, bens de consumo e produtos moldaram as relações comerciais travadas nesse período. Dentro de uma perspectiva mais ampla de reconhecimento das agências históricas africanas e pela ótica da história social, pretendemos investigar os fenômenos de incorporação e ressignificação de objetos – particularmente, bens de prestígio e insígnias de poder - enquanto expressões de identidades, códigos sociais e hierarquias políticas no âmbito dessas sociedades e de suas relações com os europeus.

Palavras-chave: Henrique de Carvalho, África Centro-Occidental, Relações comerciais, Cultura material, Relatos de viagem.